

Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12
1 Contexto operacional.....	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	12
3 Gerenciamento de riscos.....	18
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	20
5 Contas a receber de clientes.....	20
6 Imobilizado.....	20
7 Fornecedores.....	21
8 Patrimônio líquido.....	21
9 Receita líquida de vendas.....	22
10 Custos operacionais.....	22
11 Despesas gerais ou administrativas.....	23
12 Resultado financeiro.....	23
13 Partes relacionadas.....	24
14 Instrumentos financeiros.....	25
15 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	25
16 Contingências.....	26



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.
Várzea Nova (BA)**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito as notas explicativas 1 e 13 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação à este assunto.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 16 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Barroso Silva Junior', written over a faint, circular stamp or watermark.

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balances patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.618	10
Contas a receber de clientes	5	7.168	—
Outros créditos		954	6
Partes relacionadas - outros créditos	13	748	665
Total do Ativo Circulante		23.488	699
Outros créditos		717	—
Realizável a longo prazo		717	—
Imobilizado	6	470.185	289.233
Intangível		4	5
Total do Ativo Não Circulante		470.189	289.238
Total do Ativo		494.394	289.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	7	6.618	25.156
Dividendos a pagar	13	5.004	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	13	15	5
Obrigações fiscais		612	60
Imposto de renda e contribuição social	15	740	—
Obrigações trabalhistas		358	318
Outras contas a pagar		1.004	235
Total do Passivo Circulante		14.351	25.774
Outras contas a pagar		815	81
Total do Passivo Não circulante		815	81
Passivo Total		15.166	25.855
Patrimônio líquido	8		
Capital social		463.163	235.452
Reserva legal		1.053	—
Reserva de lucros a distribuir		15.012	—
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	29.988
Prejuízos acumulados		—	(1.358)
Total do Patrimônio Líquido		479.228	264.082
Total do Passivo e Patrimônio líquido		494.394	289.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	9	51.748	–
Custos operacionais	10	(27.020)	–
Lucro bruto		24.728	–
Despesas gerais ou administrativas	11	(1.166)	(1.025)
Outras receitas (despesas) operacionais		52	(56)
Despesas operacionais		(1.114)	(1.081)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		23.614	(1.081)
Receitas financeiras	12	749	5
Despesas financeiras	12	(6)	(6)
Resultado financeiro		743	(1)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		24.357	(1.082)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(1.930)	–
Lucro (Prejuízo) do exercício		22.427	(1.082)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>22.427</u>	<u>(1.082)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>—</u>	<u>—</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	<u>—</u>	<u>—</u>
Resultado abrangente total	<u><u>22.427</u></u>	<u><u>(1.082)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		52.600	—	—	—	—	(276)	52.324
Capital subscrito	8	182.852	(182.852)	—	—	—	—	—
Capital integralizado	8	—	182.852	—	—	—	—	182.852
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	(1.082)	(1.082)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	—	—	—	—	29.988	—	29.988
Saldos em 31 de dezembro de 2024		235.452	—	—	—	29.988	(1.358)	264.082
Capital subscrito	8	227.711	(227.711)	—	—	—	—	—
Capital integralizado	8	—	227.711	—	—	(29.988)	—	197.723
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	22.427	22.427
Destinação do Lucro								
Absorção de prejuízos	8	—	—	—	(1.358)	—	1.358	—
Reserva legal	8	—	—	1.053	—	—	(1.053)	—
Dividendos obrigatórios	8	—	—	—	—	—	(5.004)	(5.004)
Reserva de lucros a distribuir	8	—	—	—	16.370	—	(16.370)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		463.163	—	1.053	15.012	—	—	479.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		22.427	(1.082)
Ajustes para:			
Depreciação	6	11.636	189
Rendimento de aplicações		—	(1)
Imposto de renda e contribuição social	15	1.930	—
Outros		600	(6)
		<u>36.593</u>	<u>(900)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(7.168)	—
Outros créditos		(2.273)	508
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(73)	(656)
Fornecedores		(18.538)	(9.211)
Obrigações trabalhistas		40	121
Obrigações fiscais		418	(184)
Outras contas a pagar		1.506	316
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		<u>10.505</u>	<u>(10.006)</u>
Impostos pagos sobre o lucro	15	(1.056)	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>9.449</u>	<u>(10.006)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		—	(826)
Resgates de aplicações financeiras		18	809
Aquisição de imobilizado	6	(192.582)	(202.897)
Aquisição de intangível		—	(6)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(192.564)</u>	<u>(202.920)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	8	197.723	182.852
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	—	29.988
Arrendamentos pagos		—	(19)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>197.723</u>	<u>212.821</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>14.608</u>	<u>(105)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	10	115
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	14.618	10
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>14.608</u>	<u>(105)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 18 de março de 2021, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santo Antônio 06 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 67,5MW de capacidade instalada, está localizado em Várzea Nova (BA) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 16 de maio de 2025. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo. Destaca-se que parte substancial da energia gerada pelo parque é comercializada com a Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A., controladora da Companhia.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.7 Ativo imobilizado** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas - outros créditos e aplicações financeiras.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, partes relacionadas - outras contas a pagar, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da Companhia estabelece o caixa mínimo a ser mantido, e todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado em Fundos de Investimentos, seguindo as diretrizes estabelecidas na política de tesouraria da Companhia.

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	11.771	Baixa do CDI	11.576	11.388
Efeito no resultado	744		549	361

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	2.847	10
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	11.771	—
Total	14.618	10

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a.

5 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2025
Venda de energia - partes relacionadas (nota 13)	7.168
Total	7.168

6 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10%	80	(5)	75	—
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	434.604	(10.491)	424.113	—
Edificações	3,33% a 4%	46.447	(949)	45.498	—
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	27	(27)	—	9
Equipamentos de Processamento de Dados	20 %	17	(5)	12	16
Veículos	20 %	936	(449)	487	674
Imobilizados em andamento	— %	—	—	—	288.534
Total		482.111	(11.926)	470.185	289.233

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências (a)	Adição Depreciação (b)	31/12/2025
Torres anemométricas	—	—	80	(5)	75
Máquinas e equipamentos	—	—	434.604	(10.491)	424.113
Edificações	—	—	46.447	(949)	45.498
Ativo de direito de uso de bens arrendados	9	6	—	(15)	—
Equipamentos de Processamento de Dados	16	—	—	(4)	12
Veículos	674	—	—	(187)	487
Imobilizados em andamento	288.534	192.597	(481.131)	—	—
Total	289.233	192.603	—	(11.651)	470.185

- (a) A Companhia iniciou suas operações comerciais de forma plena em 16 de maio de 2025 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo Casa dos Ventos.

Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.

Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- (b) O valor de R\$15 relativo a depreciação de ativo de direito de uso de bens arrendados foi capitalizado como adição ao ativo imobilizado em andamento, por este motivo não transitou em conta de resultado no exercício.

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2024
Ativo de direito de uso de bens arrendados	57	16	(49)	(15)	9
Equipamentos de Processamento de Dados	—	18	—	(2)	16
Veículos	609	252	—	(187)	674
Imobilizado em andamento	60.935	227.599	—	—	288.534
Total	61.601	227.885	(49)	(204)	289.233

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía valor em adições no montante de R\$21 (R\$24.987 em 31 de dezembro de 2024) que não tiveram efeito caixa no exercício, referentes a capitalização de operações de seguros, operações com ativo de direito de uso de bens arrendados e provisão de medições de obras não faturadas.

7 Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - obras e serviços (a)	970	25.156
Fornecedores - compra de energia	5.648	—
Total	6.618	25.156

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$25.156. Durante o exercício de 2025 o saldo foi liquidado, devido a entrada em operação comercial.

8 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$463.163 em 31 de dezembro de 2025 (R\$235.452 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 463.162.568 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.	100,00%	463.163	463.162.568	100,00%	235.452	235.451.568
Total	100,00%	463.163	463.162.568	100,00%	235.452	235.451.568

Aumento de capital

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou aumentos de capital, conforme tabela a seguir:

Data da AGE	Capital subscrito	Integralizado em moeda corrente no exercício	Integralização de AFAC (a)	Emissão de ações ON
30/04/2024	64.885	64.885	—	64.885.350
14/08/2024	39.710	39.710	—	39.710.000
29/11/2024	78.257	78.257	—	78.257.000
Total - 2024	182.852	182.852	—	182.852.350
31/03/2025	141.888	111.900	29.988	141.888.000
31/07/2025	83.862	83.862	—	83.862.000
28/11/2025	1.961	1.961	—	1.961.000
Total - 2025	227.711	197.723	29.988	227.711.000

- (a) Durante o exercício de 2024, o acionista da Companhia realizou aportes mediante Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no montante de R\$29.988, o qual foi plenamente integralizado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada no dia 31/03/2025, sem efeito caixa em 31 de dezembro de 2025.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$5.004.

Descrição	31/12/2025
Lucro do exercício	22.427
(-) Prejuízos acumulados	(1.358)
(-) Reserva legal (5%)	(1.053)
Base de cálculo – dividendos mínimos obrigatórios	20.016
Dividendos obrigatórios	5.004

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$1.053.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$16.370.

9 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025
Venda de energia elétrica	53.696
PIS e Cofins sobre vendas	(1.948)
Total	51.748

10 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025
Custos com pessoal	(222)
Energia comprada (a)	(7.290)
Depreciação	(11.555)
Gestão de portfólio (nota 13)	(110)
Gastos operacionais – geração energia	(2.207)
Gastos com manutenção	(4.090)
Outros custos	(1.546)
Total	(27.020)

- (a) Em relação aos impactos da Lei 15.269 de 24/11/25 que aborda, entre outros temas, o ressarcimento de projetos eólicos e solares pelos cortes forçados na geração de energia ("curtailment"), a administração da Companhia está avaliando a adesão ao termo de compromisso proposto no Art. 1º-B. Como o texto e condições detalhadas do termo de compromisso ainda não foram publicados a Companhia não pode afirmar sua adesão e portanto não reconheceu nas demonstrações financeiras de 2025 qualquer valor referente ao eventual ressarcimento. A administração segue confiante que os mecanismos adequados de ressarcimento serão implementados pela ANEEL/ONS e que a Companhia receberá sua compensação por perdas passadas em um prazo adequado.

11 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(468)	(437)
Depreciação	(80)	(189)
Despesas operacionais - geração de energia	(419)	(210)
Outras despesas gerais ou administrativas	(199)	(189)
Total	(1.166)	(1.025)

(a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2025, R\$444 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$423 em 31 de dezembro de 2024), conforme citado na Nota 13 Partes relacionadas.

12 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	744	1
Outras receitas financeiras	5	4
Total	749	5
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(6)	(6)
Total	(6)	(6)
Resultado financeiro	743	(1)

13 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	7.916	665
Contas a receber de clientes	7.168	—
Venda de energia (nota 5)/(c)	7.168	—
Partes relacionadas - outros créditos	748	665
Transações de condomínios (b)	682	665
Outros valores a receber	66	—
Passivo	5.019	5
Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	5
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	5	5
Outros contas a pagar com partes relacionadas	10	—
Dividendos a pagar	5.004	—
Dividendos a pagar para partes relacionadas	5.004	—
Resultado	49.945	(423)
Receita líquida de vendas	50.562	—
Venda de energia (c)	50.562	—
Custos operacionais	(144)	—
Custos com manutenção (a)	(34)	—
Gestão de portfólio (d)	(110)	—
Despesas gerais ou administrativas	(474)	(423)
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(444)	(423)
Despesas com manutenção (a)	(30)	—

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possuía a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.
- (b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com a Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.
- (d) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía em vigência contrato de gestão de portfólio das operações de compra e venda de energia junto a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A., que passou a ser pago no exercício corrente, após a entrada em operação comercial plena.

A Companhia é indiretamente controlada em conjunto pela Casa dos Ventos S.A. e ArcelorMittal Brasil S.A. através da joint venture constituída a partir da Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A., que é a controladora direta da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pelo acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

14 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	14.618	14.618	10	10
Contas a receber de clientes	7.168	7.168	—	—
Partes relacionadas - outros créditos	748	748	665	665
Aplicações financeiras	—	—	18	18
Fornecedores	(6.618)	(6.618)	(25.156)	(25.156)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	(15)	(15)	(5)	(5)
Dividendos a pagar	(5.004)	(5.004)	—	—
Outras contas a pagar	(1.819)	(1.819)	(316)	(316)
Total	9.078	9.078	(24.784)	(24.784)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

15 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025
Imposto de renda - corrente	(1.271)
Contribuição social - corrente	(659)
Total	(1.930)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Venda de energia	53.696
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%
Lucro presumido	4.296
Outras receitas não operacionais	749
Alíquota vigente	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%
Imposto de renda corrente	(1.271)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	6.444
Outras receitas não operacionais	749
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(659)
Alíquota efetiva (%)	(7,9%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.930
Impostos pagos sobre o lucro	(1.056)
Compensações no exercício	(134)
Saldos finais	740

16 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.
